

"Pecuária familiar" na região da Campanha do Rio Grande do Sul.

Claudio Marques Ribeiro¹

Resumo

A região da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul por suas características históricas, tem na produção pecuária extensiva grande importância econômica, social e cultural. Um grande grupo de produtores, nesta região, com características de agricultores familiares, se dedicam a pecuária de corte, ovinos e alguma pequena agricultura. Este grupo, não tem representatividade política, acesso às políticas e programas de crédito e nem mesmo o reconhecimento da sua existência. Este trabalho apresenta este tipo diferenciado de agricultor familiar, chamado *pecuarista familiar*, que embora com áreas relativamente pequenas, se dedica à pecuária extensiva, vivendo em uma situação de dificuldade econômica e alijado dos programas de crédito e das reivindicações das entidades representativas.

Abstract

The area of the Campaign and West Frontier of Rio Grande do Sul has historically been a region of extensive cattle production and this activity has had great economic, social and cultural importance. A large group of producers, in this area, the family farmers, are devoted to beef cattle, sheep and some small scale farming. This group does not have political representation, access to political and credit programs, nor even the recognition of their existence. This work describes this alternate type of farmer, "the family cattle farmer", tucked away in relatively small areas, devoted to extensive livestock production, living in difficult economic circumstances and denied credit programs and effective representation.

¹ Engenheiro Agrônomo da EMATER / RS, Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela UFLA – MG. Escritório Regional da Campanha, Av. Gal. Osório, 1000, Bagé – RS, 96400-000, fax (53) 242-6269, tocha@alternet.com.br Professor da Universidade Regional da Campanha – URCAMP, Bagé - RS

Introdução

A Metade Sul do Rio Grande do Sul, na região da Campanha, por suas características históricas associadas às questões ambientais, tem na produção pecuária extensiva grande importância econômica, social e cultural.

A ocupação da terra, a partir da distribuição de sesmarias aos heróis das inúmeras guerras e revoluções ocorridas no estado, teve como sequência inúmeras modificações econômicas que resultaram na formação de um contingente de produtores rurais, com área restrita e que têm na produção animal, de bovinos de corte e ovinos, sua principal fonte de receita. Apesar dos conceitos, e preconceitos, existentes em relação à Metade Sul do estado, de que aí existem apenas grandes propriedades, os estabelecimentos com até 100 ha são a maioria representando cerca de 70% das propriedades da região.

Este público, apesar de existente em número significativo, não tem sido reconhecido pelas entidades representativas da sociedade rural rio-grandense e pelos governos que se sucedem, essencialmente por sua pouca representatividade política. A contradição entre a sua representação numérica e o pouco reconhecimento da sua existência, associada a baixa rentabilidade das atividades de pecuária, tem contribuído para excluir grande parte desta população do meio rural, agravando também, os problemas do meio urbano da Metade Sul. Além disso, os programas e políticas públicas criados e implementados desconsideram e/ou desconhecem esta realidade.

Este trabalho, aborda a região administrativa da EMATER de Bagé, que contempla os municípios dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs e do Orçamento Participativo da Campanha e Fronteira Oeste. Discute a agricultura familiar e estabelece critérios para a definição do público, chamado de *“pecuarista familiar”*, por suas características e lógicas de produção. Apresenta um mapeamento preliminar, fruto de trabalhos realizados pela extensão rural e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, identificando regiões onde há concentração deste público. Por fim, apresenta algumas tipologias encontradas como subsídio para a elaboração de estratégias de trabalho e de estímulo ao aprofundamento de estudos sobre o *“pecuarista familiar”*.

Agricultura familiar: uma recuperação dos conceitos

A agricultura familiar vem ganhando espaço na sociedade e, em consequência nas políticas públicas, a partir do reconhecimento da sua importância econômica e social para o país. Os números informados pelos Censos Agropecuários do IBGE, embora se constituam em importantes instrumentos de análise, não apresentam separadamente as unidades familiares e unidades patronais. Apesar dessa dificuldade, inúmeros trabalhos vem evidenciando a enorme importância da agricultura familiar. De acordo com a FAO/INCRA (2000) os dados referentes ao Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996 (IBGE, 1998) mostram que, de um total de 4.859.864 unidades de produção existentes no Brasil, 4.139.369 ou 85,2% se caracterizam como unidades de produção familiar.

Diversos autores apresentam definições que permitem compreender melhor o que significa unidade de produção familiar ou a chamada “agricultura familiar”. Todos abordam a agricultura familiar como um modo *peculiar* de exploração da terra, ou seja, que possui formas de condução das atividades e da vida na unidade de produção, ligadas a lógica da reprodução e sobrevivência da família.

Lamarche (1993) define a exploração familiar como *“uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”*. Ribeiro (1997) afirma que *“agricultor familiar é aquele que constrói toda a sua estratégia de sobrevivência e multiplicação dos bens que possui a partir da família”*.

Carmo e Salles (1998), por sua vez, afirmam que *“o funcionamento da exploração familiar passa necessariamente pela família enquanto elemento básico da gestão financeira e do trabalho disponível internamente na unidade do conjunto familiar”*. E que *“as decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria lucro “puro” de uma empresa, representado pela diferença entre renda bruta e custo total”*. Estas características são extremamente importantes para a compreensão da lógica de produção dos agricultores familiares que são diferenciadas da agricultura patronal e capitalista.

Sobre esta forma de funcionamento e lógica de produção, Wanderley (1996) afirma que *“é importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-*

trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente". Estas características organizam a lógica de funcionamento das unidades familiares. A comercialização das mercadorias e produtos disponíveis da propriedade é feita obedecendo necessidades, vontades, anseios e os projetos da família e não obedecendo rigorosamente épocas de melhor preço ou de melhor oferta dos produtos.

Durante algum tempo o agricultor familiar foi caracterizado apenas como "pequeno" produtor. Esta definição se resumia ao volume de produção ou ao tamanho da terra, sendo um conceito insuficiente para definir o agricultor existente e sua lógica de produção. De acordo com Alencar e Moura Filho (1988) se trata de uma análise unidimensional, que é aquela que *"se baseia em uma única variável como terra (pequeno, médio ou grande) ou renda (baixa, média e alta)"*. Os autores afirmam ainda, que a análise unidimensional possui *"pouco valor analítico-descritivo"* pois, por não ser relacional com outras variáveis, permite apenas colocar os produtores em posições relativas em relação a outros produtores.

Este tem sido um problema na interpretação da realidade da Metade Sul pois, por esta classificação, "pequeno" produtor é aquele que ocupa uma posição inferior ao padrão "médio" ou "grande" de determinada região em análise. Assim, se analisadas as condições médias de determinada região, os "pequenos" são relativos em relação a outras diferentes regiões. Na região Sul, os dados mostram como "pequenos" um grupo de produtores com áreas superiores aos "pequenos" da parte Norte do Rio Grande do Sul, tida como predominantemente de agricultura familiar. Ou seja, o que é grande para a parte Norte do estado é pequeno para a parte Sul. Criou-se, e permanece até hoje, a idéia de que não há "pequenos" produtores na região Sul, muito menos agricultores familiares, e que por isso mesmo, não há necessidade de programas e políticas públicas para esse público que **"não existe"**.

O conceito, pequeno produtor, apresenta dificuldades de operacionalização e entendimento. Conforme Ribeiro (1997) trata-se quase de *um "conceito bancário, cadastral"* e insuficiente para a compreensão das diferenças entre os produtores, suas famílias, suas lógicas e, mais ainda, para a proposição de políticas públicas, programas de apoio e intervenções técnicas. Sobre este conceito, durante muito tempo a extensão oficial identificou (e até hoje inúmeras instituições públicas e privadas identificam) como forma ideal de intervenção junto a esse público, a intervenção técnica. Ou seja, atribui as dificuldades vividas pelos agricultores

familiares às formas “atrasadas” de produção e comercialização que praticam sendo necessário uma intervenção técnica que as modifique. As intervenções técnicas se resumem a aspectos de renda, produção e produtividade. Ribeiro acrescenta que *"embora ninguém negue a importância destes aspectos, nem sempre eles têm para as sociedades rurais a mesma relevância que possuem para os técnicos. Embora aspiração de produção, renda e produtividade mais elevadas certamente faça parte dos seus interesses, pode não ser o centro do seu sistema de vida e produção"*. Restringir ou atribuir apenas aos aspectos técnicos as dificuldades é desconsiderar toda a lógica referida anteriormente. Por outro lado, considerar como uma seqüência linear em que existem os avançados (adotadores de tecnologias “modernas”) e os atrasados (não adotadores ou adotadores parciais de tecnologias “modernas”), significa colocar como se fossem dos produtores as aspirações técnicas oriundas dos técnicos. E além disso, significa restringir as formas de produção a um padrão único, ideal e hegemônico que desconsidera os conhecimentos frutos da vivência e as maneiras alternativas de produção, isto é, só a tecnologia levada pela extensão e assistência técnica (e por conseguinte fruto da pesquisa) é que pode modificar a realidade encontrada.

Assim se evidencia a necessidade de, cada vez mais, se estabelecerem critérios e metodologias que permitam conhecer a realidade e possibilitem também estabelecer formas e estratégias diferentes de trabalho com este público.

A agricultura familiar é também descrita por Jean (1994) como um personagem híbrido *"que acumula uma tríplice identidade composta por proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador"*. Desta forma, afirma o autor, o produtor familiar teria direito a rendimentos tríplices na economia de mercado que são *"rendas fundiárias, lucro como empresário privado e salário como trabalhador agrícola"* o que na verdade não se concretiza.

O trabalho FAO / INCRA (2000), apresenta a agricultura familiar como aquelas unidades de produção que atendam as seguintes características:

1. a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
2. a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;

3. a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Blum (2000), também utiliza esta classificação. Acrescenta porém, que para definir agricultura familiar além destes requisitos *"deveria se observar a sua extensão territorial"*. Afirma ainda, que para o *"Brasil e para o Rio Grande do Sul não justificaria* (para enquadramento como agricultura familiar) *ter área maior que 100 ha, já que dos 4.823.808 estabelecimentos do país, 4.285.281 são menores de 100 hectares (88,84%) e dos 429.958 estabelecimentos do estado, 395.584 são menores de 100 hectares (92%)*. Ou seja, inclui o fator área como importante na caracterização da agricultura familiar e define, no seu ponto de vista, a área de 100 ha como limite.

De uma certa forma, o trabalho realizado pela FAO / INCRA (2000) apresenta boas referências para o estabelecimento de definições da chamada agricultura familiar. Isto até já vem sendo feito na elaboração de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que tem disponibilizado créditos de financiamento com os mais diversos objetivos, como investimentos e custeio. Estes critérios do PRONAF são também adotados pela EMATER/RS na definição de seu público prioritário para atendimento.

É importante também ressaltar que, os agricultores familiares não são um grupo homogêneo, existindo um número enorme de agricultores que, além destas características básicas apresenta outras tantas características diferenciadas que permitem estabelecer um grande número de "tipos" de produtores familiares. Lamarche (1993), a esse respeito, afirma que a agricultura familiar, assim definida, não é necessariamente genérica assumindo uma grande diversidade de formas sociais, ou seja, *"a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma toda a diversidade"*. Assim, diversas classificações e tipologias são feitas na tentativa de entender esta diversidade da agricultura familiar. Carmo e Salles (1998) explicam que *"a coexistência de unidades produtivas, com diferentes dinâmicas internas inibe uma explicação geral para o funcionamento da produção familiar"*.

Esta diversidade e as diferenciações têm sido abordadas por diversos autores que estabelecem tipologias próprias a partir do enfoque que se pretende abordar. Alencar e Moura Filho (1988) caracterizaram, a partir de diversos critérios sócio-

econômicos (composição orgânica do capital, relações sociais de produção, comercialização da produção, grau de especialização e área de terra) as unidades de produção familiar em empresa ou unidade familiar, unidade familiar camponesa e unidade neo-camponesa. Lamarche (1993) considerando a lógica de funcionamento da exploração e o grau de autonomia ou dependência da exploração em relação ao mercado classificou as unidades familiares em empresa familiar, exploração moderna e exploração camponesa. FAO / INCRA (1996) em trabalho baseado na renda monetária bruta (diferença entre receitas e despesas) das unidades de produção, classificou as unidades familiares em consolidadas, em transição e periféricas. Ribeiro (1996), em adaptação a esta classificação para quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, considerou também a relação com o mercado, destino da produção comercializada, uso da mão-de-obra, outras fontes de renda, atividades, áreas e receitas brutas anuais. O Estatuto da Terra em uma associação entre área e rendimento e exploração da terra classifica as unidades familiares em minifúndio, propriedade familiar e empresa rural. Baiardi (1998) identificou cinco tipos de agricultura familiar através do cruzamento dos dados de área, uso de mecanização e insumos, relações com o mercado e acesso a créditos e benefícios. Os tipos identificados por Baiardi são tipo A (unidades familiares de grande extensão), tipo B (unidades integradas verticalmente com agroindústrias), tipo C (agricultura tipicamente colonial no Planalto do Rio Grande do Sul), tipo D (agricultura familiar semi-mercantil) e tipo E (unidades familiares completamente desassistidas).

Toledo (1995), baseado nos "modos de apropriação da natureza" e no uso dos recursos naturais, estabelece dois tipos bem distintos: o camponês e o agro-industrial. Estes tipos são classificados conforme o uso da energia, o tamanho da terra, a auto-suficiência, o uso da força de trabalho, da diversidade da produção, das produtividades, dos seus desejos e anseios, das formas e transmissão dos conhecimentos e da visão frente a natureza e ao mundo, colocando-se em um extremo da classificação os camponeses e no outro os produtores agro-industrializados. E entre eles há um gradiente que compreende uma gama de tipos intermediários no uso dos recursos e de acordo com a classificação descrita. Ao colocarem-se os agricultores familiares como atrasados, significa reconhecer, e interpretar como verdade, que o seu único caminho para se desenvolver é se transformar em agro-industrializado, o que não tem se constituído em realidade .

A FAO / INCRA realizou uma releitura do seu próprio trabalho baseado no Censo Agropecuário de 1995/1996 do IBGE (FAO/INCRA, 1996 e FAO/INCRA, 2000) apresentando *"tratamento especial dos dados disponíveis"* através do cruzamento de informações na tentativa de identificar com maior clareza e precisão a agricultura familiar do Brasil. Neste trabalho, na delimitação do universo familiar foram utilizados a relação entre unidade de trabalho familiar e contratado, a renda total e as áreas máximas regionais, numa complexificação da classificação anterior e por isso mesmo mais interessante.

Enfim, há uma enorme gama de classificações de acordo com os interesses do pesquisador e dos propósitos do trabalho realizado. O que deve ficar claro é que há uma diversidade enorme de "tipos" de produtores familiares que devem ser considerados e compreendidos a partir das suas diferenças. O agricultor familiar não é homogêneo e nem único, não é exclusividade de nenhuma região especificamente, achando-se distribuído, nas suas diferentes formas, pelo estado e pelo país. O que se exige é uma compreensão desta diferenciação e políticas diferenciadas

Na Metade Sul do Rio Grande do Sul, região que teve ocupação da terra diferenciada das colonizações ocorridas na Metade Norte do estado também existe agricultura familiar. Existem também diversos tipos de agricultores familiares. Alguns deles tem sido incluídos, enquadrados e beneficiados com programas e políticas públicas como os produtores de hortigranjeiros, de leite, assentados, etc. Há entretanto um "tipo" diferenciado de agricultor familiar forjado sob condições históricas da luta e da guerra associadas as questões ambientais, que é o "pecuarista familiar". Este pecuarista, o gaúcho do Pampa, fruto da mentalidade das grandes áreas, da família como unidade de defesa da terra, do vizinho como inimigo, da luta pela sobrevivência contra tudo e contra todos, do gado como essência das atividades, não apenas como "negócio" mas como mercadoria de reserva. Este "tipo", de passado glorioso, de lembranças que nunca viveu, que soube como ninguém adaptar-se as dificuldades ambientais, diminuiu a área em divisão por heranças, empobreceu em renda e patrimônio, dispensou a mão-de-obra contratada, adaptou-se em gastos e consumo. Mesmo assim permaneceu na atividade e persiste exatamente como persiste a agricultura familiar.

Apesar disso, este produtor não tem sido identificado, considerado e valorizado, tanto nas políticas públicas, quanto na sua representatividade política.

Apesar de significativos, porém dispersos e desorganizados, não tem sido vistos pelos sindicatos, tanto patronais como de trabalhadores, como um público diferenciado, que precisa e mereça apoios diferenciados, e não tem sido incluídos nas suas pautas de reivindicação e prioridades. Os programas de apoio desconsideram a sua existência dificultando o seu enquadramento como beneficiários, quer por área, quer por atividade (a pecuária de corte não é considerada atividade de produtores "familiares").

Enfim este tipo diferenciado, identificado como "pecuarista familiar" da região da Campanha do Rio Grande do Sul, é objeto deste trabalho.

"Pecuarista familiar": definições necessárias

O termo "*pecuarista familiar*" carece ainda de uma definição mais clara. A utilização deste termo, que é recente e ainda restrita, se refere a produtores que se dedicam basicamente a pecuária de corte, ovinos e alguns, com pequenas áreas de agricultura. Este termo, não contempla por uma questão puramente metodológica e por já estarem devidamente enquadrados no conceito da agricultura familiar, os produtores de leite e os assentados de reforma agrária, que são muitas vezes, e ao mesmo tempo, pecuaristas e familiares.

Também não se limita aos pequenos produtores da região. Como já referido esta é uma expressão "*cadastral*" que explica de forma insuficiente esta realidade. É necessário portanto estabelecer um cruzamento entre uma série de dados e informações para uma melhor definição.

A identificação deste público, ainda pouco reconhecido, tem sido feita de forma aleatória. Considera-se normalmente os "pequenos" produtores. Apesar dessa característica ser importante não é suficiente para a sua identificação.

A EMATER / RS, tem em sua missão o trabalho com todos os tipos de agricultores familiares. Para isso, busca identificar melhor este público, definindo propostas, propondo políticas e acima de tudo, provocando o debate com entidades e instituições parceiras.

Assim, a EMATER / RS, realizou cinco seminários regionais em todo o Rio Grande do Sul com seu corpo técnico, estabelecendo, a partir das definições da agricultura familiar, alguns critérios para a identificação do pecuarista familiar. Esta caracterização contempla os seguintes itens (Coimbra Filho e Cachapuz, 2000):

a) pecuarista familiar é aquele produtor que tem como sua principal fonte de renda a criação de bovinos de corte / ovinos ou que tenha estas atividades ocupando a expressiva maior parte da área do seu estabelecimento rural;

b) para caracterizar-se como pecuarista familiar, beneficiário dos serviços públicos de extensão rural, deve atender cumulativamente os seguintes parâmetros:

- ☐ morar na propriedade rural ou aglomerado urbano próximo;
- ☐ ter no mínimo 80% da renda gerada na atividade agropecuária;
- ☐ usar mão-de-obra familiar, considerando-se os critérios normalmente adotados para caracterizar a agricultura familiar (PRONAF);
- ☐ ter renda bruta anual não superior a R\$ 27.500,00;
- ☐ ser proprietário ou arrendatário de estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 ha.

Estes critérios, definidos para uso da extensão rural oficial do Rio Grande do Sul, se constituem em importante referência para a identificação desse público. A partir destas referências é que este trabalho busca, através do cruzamento de dados, estabelecer a descrição deste grupo de produtores. Estabelece, de forma gradativa, algumas aproximações.

A primeira aproximação é feita a partir das definições sobre pecuária familiar (pecuária como atividade principal, uso de mão-de-obra da família, renda anual inferior a R\$ 27.500 e áreas menores que 300 ha) considerando-se os dados do IBGE (IBGE, 1998). O cruzamento dos dados, tem como objetivo principal realizar uma "*análise multidimensional*", através da associação do maior número de informações que possam levar a identificação da pecuária familiar. Foram, portanto, utilizados os dados dos estabelecimentos com até 200 ha (número estabelecido considerando-se que esta área representa 5 ou 7 módulos fiscais de acordo com os módulos dos diferentes municípios) por ser o número disponível, pois a divisão dos estratos de área vai de 100 a 200 ha e 200 a 500 ha. Esta opção deu-se devido a facilidade de obtenção dos dados (IBGE, 1998) e a recomendação dos seminários da EMATER / RS de priorizar ações da extensão com produtores com até 180 ha de área (Coimbra Filho e Cachapuz, 2000) que são a maioria.

A Tabela 1 apresenta o número de estabelecimentos até 100 ha e entre 100 e 200 ha, a ocupação das pessoas do meio rural conforme o IBGE (pessoal ocupado

total, membros não remunerados responsáveis, estabelecimentos sem empregados e empregados permanentes). Ainda aparecem o número de estabelecimentos que se dedicam à pecuária.

Já os dados sobre estabelecimentos sem empregados buscam identificar o público que trabalha com a mão-de-obra familiar. Considerando as definições sobre agricultura e pecuária familiar, em que a mão-de-obra da família é responsável pela maior parte do trabalho realizado, o número de estabelecimentos sem empregados é um indicador mínimo sobre a unidade familiar de produção dos municípios da região. Este trabalho considera que, no mínimo, estes estabelecimentos sem empregados são unidades familiares de produção. Embora sejam informações relativas e que devam ser consideradas de forma parcial se constituem em indicadores interessantes.

Os dados sobre pessoal ocupado na agricultura e membros não remunerados responsáveis dão também uma idéia das pessoas envolvidas nas atividades agrícolas e não agrícolas do meio rural dos municípios. Associam-se a estes números os estabelecimentos que se dedicam a pecuária.

Tabela 1. Relação dos estabelecimentos com até 200 ha por município, pessoal ocupado e estabelecimentos sem empregados e atividades principais dos estabelecimentos dos municípios da Região administrativa da EMATER / RS, 1995-1996.

Municípios	0-100 ha		100-200 ha		Pessoal Ocupado total	Membros não remunerados responsáveis		Estabelecimentos sem empregados	Empregados permanentes		Pecuária
	N.	%	N.	%	N.	N.	%	N.	N.	%	N.
Alegrete	1.516	55	343	13	9.067	5.433	60,0	1.531 (56%)	2.865	31,6	1.878
Bagé*	1.221	69	100	6	7.107	4.383	62,0	1.283 (72%)	2.081	29,3	1.673
Caçapava do Sul	2.590	80	306	9	6.550	5.387	82,2	1.958 (60%)	844	12,8	1.713
Dom Pedrito	800	52	189	12	5.857	2.955	50,5	722 (46%)	2.095	36,0	1.033
Lavras do Sul	615	63	121	12	2.504	1.890	75,5	597 (61%)	514	20,5	736
Quaraí	546	58	101	11	3.011	1.914	63,5	576 (61%)	918	30,5	670
Rosário do Sul	1.541	75	246	12	6.521	4.496	68,9	1.382 (67%)	1.207	18,5	1.419
Santana do Livramento	1.262	59	235	11	6.842	4.211	61,5	1.320 (61%)	2.109	30,8	1.696
São Borja	695	57	157	13	4.990	2.501	50,1	633 (52%)	1.697	34,0	470
São Gabriel*	2.089	75	196	7	7.606	4.326	56,8	1.393 (49,8%)	2.259	29,7	1.368
Uruguaiana	438	36	157	13	6.413	2.128	33,2	355 (29%)	3.357	52,3	720

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 1995-1996.

* Bagé e São Gabriel com dados incluindo Aceguá e Santa Margarida do Sul emancipadas posteriormente.

Esta Tabela deveria indicar, com relativa aproximação, o público da pecuária familiar. A análise das pequenas unidades de produção (até 200 ha) e dos estabelecimentos sem empregados, na maioria dos municípios, evidencia números próximos, em torno do qual deve estar a realidade.

Entretanto, uma análise mais apurada permite identificar alguns aspectos que merecem comentários que se seguem:

- a maioria dos municípios da região apresenta um alto percentual de “pequenas” unidades de produção (aqui consideradas as unidades até 200 ha). Com exceção de Uruguiana, em que o percentual de estabelecimentos com área superior a 200 ha é de 51%, todos os demais municípios apresentam percentuais significativos. Portanto, ao contrário do que se afirma, não existem apenas propriedades maiores ou “latifúndios” (do ponto de vista do número de propriedades), mas sim uma maioria de pequenas unidades de produção;
- aos números referentes a distribuição fundiária é necessário acrescentar os números sobre ocupação das pessoas do meio rural. As unidades de produção familiar tem mão-de-obra familiar, em sua maior parte, podendo ter empregados fixos ou eventuais. Considerando-se que os estabelecimentos sem empregados (IBGE, 1998) são administrados pela família, este deve ser o número que serve como referência mínima de unidades familiares. Entretanto, ao se realizar o cruzamento do número de estabelecimentos com até 200 ha e estabelecimentos sem empregados, verificou-se que o número de unidades com mais de 200 ha é maior do que as unidades sem empregados. Isto pode significar que, possivelmente, áreas de 200 ha são grandes demais para o atendimento apenas com mão-de-obra familiar, sendo necessária a contratação de mão-de-obra externa, o que merece um aprofundamento do estudo. Embora se trate de conclusão empírica, analisando-se a relação entre estabelecimentos com até 100 ha e as unidades sem empregados, verifica-se uma aproximação maior dos números, evidenciando melhor o número mínimo a ser considerado como unidade familiar de produção.
- outro dado a ser considerado é o grau de assalariamento rural. Alguns municípios possuem um percentual de empregados permanentes maior, como Uruguiana (52% do pessoal ocupado no meio rural), Itaqui (50%), São Borja (34%), Dom Pedrito (36%) e Alegrete (31%). Esses municípios são também os

municípios que apresentam menor percentual de estabelecimentos sem empregados, e portanto com menor presença percentual de pecuária familiar. É provável também, que estes números estejam vinculados ao assalariamento fruto das lavouras de arroz que se apresentam com áreas significativas nesses municípios.

Grande parte das unidades de produção identificadas a partir do cruzamento dos dados de área (até 100 ha) e estabelecimentos sem empregados se dedicam a atividades como produção de hortigranjeiros, leite ou se constituem em chácaras de lazer da população urbana. O público que se pretende identificar não inclui estes estabelecimentos. Entretanto, a definição do seu número, a partir dos dados disponíveis, não permite obter a precisão desejada. O Censo Agropecuário não separa estes estabelecimentos. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2001), através dos dados disponíveis nas Inspetorias Veterinárias, não permite identificar este público, pois não é possível estabelecer o cruzamento do número de animais com área dos estabelecimentos, como forma de identificar os pecuaristas familiares. Assim, utilizou-se estimativa dos técnicos da EMATER / RS, sobre este grupo de estabelecimentos que se dedica à produção de leite não se enquadrando no tipo "pecuarista familiar" proposto.

A associação dessas estimativas com os demais dados expostos na Tabela 1 permite estabelecer uma maneira de aproximação empírica e uma estimativa da "pecuária familiar" da região. Longe de ser um dado definitivo e exato apresenta, entretanto, boa precisão. Para o objetivo que se propõe, a partir dos dados que se dispõe, esta proposta é plenamente aceitável para o estabelecimento de políticas públicas de apoio ao grupo de produtores e famílias que, não teve e não vem tendo, ao menos, o reconhecimento da sua existência entre as suas próprias entidades representativas.

Assim, este trabalho utiliza, para determinar a pecuária familiar da região o cruzamento das informações que seguem:

$$[n. \text{ de estabelecimentos com pecuária (IBGE)} + n. \text{ de estabelecimentos com produção mista (IBGE)}] - [(estabelecimentos > 200 \text{ ha}) - (\text{leiteiros em estimativa EMATER / RS})] = \textbf{PROPOSTA}$$

Onde:

- n. de estabelecimentos com pecuária corresponde aos números do Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998) com pecuária.
- n. de estabelecimentos com produção mista corresponde aos números do Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998) com produção mista. *(estes números correspondem ao número total de estabelecimentos que tem pecuária nos municípios, incluindo-se os leiteiros e outros.)*
- estabelecimentos >200 ha de acordo com as informações da EMATER/RS e INCRA. *(estes dados foram utilizados pois supõe-se que os estabelecimentos com mais de 200 ha têm pecuária na sua totalidade.)*
- leiteiros e outros - estimativa EMATER/RS do número de estabelecimentos que se dedicam prioritariamente a atividades como o leite, e outras, não se enquadrando como "pecuaristas familiares" deste trabalho.

Supõe-se que somando-se todos os estabelecimentos com pecuária e retirando-se daí os maiores de 200 ha e os leiteiros / outros, obtenha-se um número muito próximo da realidade.

Estes são dados preliminares que necessitam ainda um maior aprofundamento, embora se constituam em dados bem próximos da realidade. Mesmo assim devem ser considerados relativizando-se a informação obtida. Enfim, este trabalho busca fundamentar a existência deste público específico, com características próprias, com uma lógica de produção e de comercialização, que deve ser compreendida para que algumas propostas sejam feitas, acima de tudo de forma participativa, para a sua melhoria.

A Tabela 2 apresenta estes números calculados e a estimativa do número de pecuaristas familiares nos principais municípios da região, estimados em torno de 8.000 famílias.

Tabela 2. Número de estabelecimentos com pecuária, com produção mista, com mais de 200 ha, leiteiros estimados e estimativa de pecuaristas familiares em alguns municípios da Região Administrativa da EMATER / RS – Bagé (2001).

Município	Propriedades com Pecuária	Propriedades com produção mista	Total com pecuária	> 200 ha	Leiteiros estimados	Proposta de pecuária familiar
Alegrete	1.878	345	2.223	873	170	1.200
Bagé*	1.673	148	1.821	304	500	1.000
Caçapava do Sul	1.713	530	2.243	337	350	1.500
Dom Pedrito	1.033	180	1.213	565	235	400
Lavras do Sul	736	39	775	241	30	500
Quaraí	670	88	758	291	70	400
Rosário do Sul	1.419	217	1.636	263	80	1.200
S. Livramento	1.696	216	1.912	636	740	600
São Borja	470	178	648	355	160	**
São Gabriel	1.368	337	1.705	511	200	1.000
Uruguaiana	720	55	775	613	150	**

Fonte: Adaptado pelo autor

** - dados incoerentes necessitando nova pesquisa

Identificação de alguns núcleos de concentração de pecuária familiar

Alguns trabalhos vem sendo feitos em municípios da região de Bagé, em conjunto entre extensão rural e os participantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, com o objetivo de estabelecer o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e definir prioridades de ação.

A primeira etapa desse trabalho, tem sido a elaboração de um mapa do município contemplando as diferentes regiões homogêneas (sistemas agrários), para o entendimento e compreensão da realidade. Isto é extremamente importante para o estabelecimento de políticas de apoio diferentes aos diferentes "tipos" de produtores.

Nesses trabalhos, os pecuaristas familiares tem sido identificados de uma maneira geral em todos os municípios. Na maioria das vezes encontram-se entremeados às unidades de produção maiores, próximos às fazendas e estâncias, e distribuídos em todas as regiões dos municípios. Esta é uma característica específica da região pois dificulta a identificação deste "tipo" e faz com que não se dê tanta importância e/ou não se reconheça a sua existência. Os conceitos a respeito da região sempre são emitidos considerando a existência da grande propriedade e do chamado "*latifúndio improdutivo*". Entretanto, grande parte dos produtores vive de estabelecimentos pequenos, com mão-de-obra familiar e que tem na pecuária sua mais importante fonte de renda.

Apesar dessa distribuição espacial dispersa, os trabalhos tem encontrado algumas regiões onde há uma concentração maior e uma predominância desses produtores. Estas localidades identificadas tem diferenças entre si. Apesar de todos serem pecuaristas e familiares as variações ambientais fazem com que hajam "tipos" diferenciados entre eles. As lógicas de produção e a base das atividades produtivas são as mesmas, porém os recursos, as produções, os aspectos de comercialização, o acesso as informações e os anseios e expectativas quanto ao futuro variam. Há porém, uma identidade cultural de "pecuaristas", de homens ligados ao gado como atividade que lhes dá segurança, sendo o gado visto e utilizado como mercadoria de reserva, comercializada de acordo com as necessidades, expectativas e desejos da família. É o herdeiro empobrecido das sesmarias que vem tentando sobreviver a partir da pecuária, atividade histórica, adaptada ao ambiente, pela qual o homem tem familiaridade e gosto, sendo adequada à sua formação e aos seus valores culturais, além das facilidades das relações com o mercado em termos de acesso e comercialização.

Estes fatores são extremamente importantes e devem ser considerados para o estabelecimento de propostas de políticas públicas. Quando são estabelecidos programas e projetos que prevêm o uso de recursos, financiamentos e maquinários de forma conjunta, por exemplo, plenamente adequados a Metade Norte do estado, excluem automaticamente este grupo de produtores (não que não se deva estimular o associativismo como alternativa a esses pecuaristas, mas não como uma exigência de acesso aos recursos) desconsiderando totalmente a realidade da sua distribuição espacial.

Estas concentrações já foram mapeadas em alguns municípios onde estes trabalhos avançaram. Na figura 1, estão algumas localidades onde este público aparece com importância. As localidades das Guaritas em Caçapava do Sul, Palmas e Olhos D'Água em

Bagé, Bolicho da Pedra e Vacaiquá em Dom Pedrito, são algumas delas onde este público se apresenta relativamente concentrado.

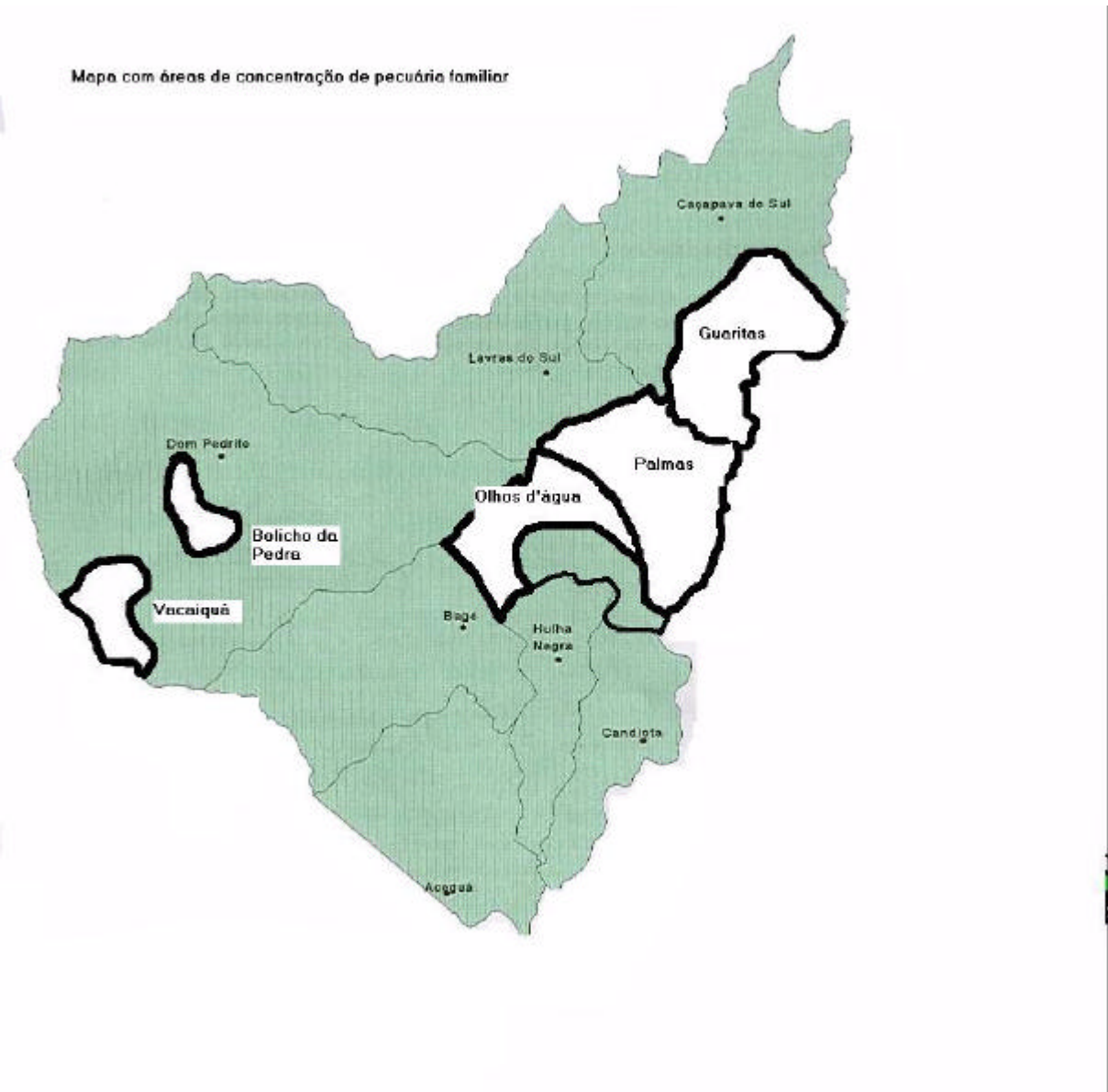


Figura 1. Mapa do COREDE e OP Campanha com mapeamento de algumas regiões com concentração de “pecuária familiar” – a partir de trabalhos realizados pelos escritórios da EMATER e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – 2001. (mapa parcial da região de Bagé da EMATER/RS)
Fonte: organizado pelo autor, 2001.

Alguns sistemas de produção identificados

A "pecuária familiar", como a agricultura familiar definida anteriormente, apresenta uma diversidade enorme de tipos de produtores. Isto é, embora as características básicas semelhantes, algumas variações existem em diversos itens de análise. Conforme entrevistas com produtores realizadas nesses diagnósticos, alguns sistemas produção foram identificados. Na localidade dos Olhos D'água em Bagé, (Ribeiro e Villela, 1999) foram identificados grupos de produtores com áreas em torno de 30 ha característicos "pecuaristas familiares". Este grupo apresentava fontes externas de renda (aposentadoria rural e/ou venda de mão-de-obra), vendendo cerca de 5 animais ao ano obtendo receitas anuais em torno de R\$ 3.800 (sendo apenas R\$1.500 oriundos da pecuária). Também foi identificado um outro grupo de pecuaristas com áreas maiores (cerca de 100 a 150 ha), que utiliza mão-de-obra da família, realiza troca de serviços com os vizinhos e contrata eventualmente mão-de-obra externa, trabalhando com gado e ovinos, tendo alguns

pequenas áreas de agricultura, sendo alguns aposentados, obtendo receitas anuais que variam entre R\$ 5.000 e R\$ 6.000.

Nas Guaritas em Caçapava do Sul, a totalidade dos produtores envolvidos no trabalho e participantes da Associação dos moradores da localidade trabalha com pecuária. A variação nas formas de produção se dá na exploração de ovinos e caprinos. Alguns tem exploração de apicultura e alguma agricultura produzindo as chamadas "quitandas". As formas de trabalho são semelhantes a dos Olhos D'Água, porém o uso da terra é diferente devido as restrições de solo, topografia e vegetação. As receitas são muito semelhantes, com o acréscimo da venda de caprinos por parte de alguns produtores.

Na parte oeste da região também foram identificados produtores com a mesma lógica, embora em ambientes bem diferenciados. Em Itaqui, um grupo de produtores com áreas em torno de 200 ha, que explora 94% da área com pecuária, usa somente mão-de-obra familiar, vendendo 20 animais ao ano e obtendo uma receita bruta de cerca de R\$ 6.600, (Miranda, 2000). Em São Borja, foram identificados grupos de produtores com áreas em torno de 150 ha, utilizando exclusivamente mão-de-obra familiar, com renda da aposentadoria rural em sua maioria tendo na pecuária receitas de cerca R\$ 5.000 ao ano.

Enfim, este tipo de produtor familiar, embora pouco considerado, está presente em toda a região. O desafio é reconhecê-lo como importante e apresentar propostas que considerem a sua realidade, as suas expectativas e que possam contemplar ações além das questões técnico-produtivas.

Considerações finais

A Metade do Sul do Rio Grande do Sul tem uma realidade diferenciada em termos de estrutura fundiária, de formação cultural e de tipo de agricultor familiar. A história do povo que habitou a região, de lutas e de conquistas forjou um homem ligado a pecuária de forma umbilical. A evolução da economia, as questões ambientais e de mercado fizeram com que esta atividade permanecesse como a principal, mesmo com a diminuição das áreas das propriedades, formando um "tipo" peculiar de produtor, o pecuarista familiar, que tem a sua existência pouco reconhecida. Este trabalho busca levantar a necessidade de, entendendo melhor a existência desse público, também estabelecerem-se propostas que o contemplem. Afinal, trata-se de um grupo que, com um passado glorioso vive momentos de empobrecimento. Trata-se por suas características, seus recursos e seu nível de organização, de um desafio para todas as instituições interessadas no desenvolvimento rural.

A agricultura familiar tem sido incluída em diversos programas de desenvolvimento sendo alvo de muitas propostas e de uma valorização maior nos últimos anos. Entretanto, apenas alguns setores, partes da sociedade rural mais organizada, alguns segmentos e "tipos" com um certo nível de organização, tem sido beneficiados. Entretanto, é hora de contemplar também os *excluídos e sem organização*.

Bibliografia

ALENCAR, Edgard; MOURA FILHO, Jovino Amâncio. **Caracterização sócio-econômica de unidades de produção no campo**. Lavras: COOPESAL, 1988, 27 p. apostila.
ALENCAR, Edgard; MOURA FILHO, Jovino Amâncio. Unidade de produção agrícola e administração rural. **Informe agropecuário**. Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 25-29, 1988.

- BLUM, Rubens. **Agricultura familiar**: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. Capturado em <http://www.dataterra.org.br/Documentos/blum.htm> em 08/11/2000. 07 p.
- CARMO, Maristela Simões do; SALLES, Julieta T. Aier de Oliveira. Sistemas familiares de produção agrícola e desenvolvimento sustentado. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. (3.1998; Florianópolis, SC). **Anais**. Florianópolis: SBSP, maio 1998. 13 p.
- COIMBRA FILHO, Adayr; CACHAPUZ, José Mauro. **Caracterização do pecuarista familiar da extensão rural no Rio Grande do Sul com vistas as ações para o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER / RS, 2000. 43 p.
- EMATER / RS. **Proposta de trabalho para as áreas que têm como matriz principal a pecuária nas propriedades de exploração familiar**. EMATER / RS, 2000. 4 p. (Documento interno).
- FAO / INCRA **Agricultura familiar na Região Sul**. Brasília: FAO / INCRA, 1996. 62 p.
- FAO / INCRA **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília: INCRA / FAO, fevereiro 2000. 74 p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 6, p. 51-75. 1994.
- LAMARCHE, Hugues (coord.) **A agricultura familiar**. Campinas: Unicamp, 1993. p.13-34.
- MIRANDA, Antônio Carlos. **Análise dos dados de estabelecimentos rurais na micro região de Santiago, RS**. EMATER / RS, 2000. 8 p.
- OLIVEIRA, J. **Estatuto da Terra**: organização pós-textos, notas remissivas e índices. São Paulo: Saraiva, 1996.
- RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento**. Lavras: UFLA, 1996. 141 p. (Tese de Mestrado).
- RIBEIRO, Claudio Marques; VILLELA, Getúlio P. (Coordenadores) **Diagnóstico dos Sistemas Agrários da localidade dos Olhos D'água – Bagé**. Bagé: EMATER/RS - Prefeitura Municipal de Bagé, 1999. 127p.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Agricultura familiar**. Lavras: UFLA/DAE/EMATER–MG. Curso de Desenvolvimento Rural. 1997. 18 p.
- RIO GRANDE DO SUL Secretaria de Agricultura e Abastecimento - **Entrevista com Coordenador Regional da Agricultura e Abastecimento de Bagé - Fábio Dutra**. Bagé, maio, 2001.
- TOLEDO, Vitor M. **Campesinidade, agroindustrialidade, sustentabilidade**: los fundamentos ecologicos e historicos del desarrollo rural. México: Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales. 1995. Cuaderno 3, 29 p. 19 p. (371).
- WANDERLEY, Maria Nazareth Buynel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (20.1996. Caxambu, MG) **Anais**. Caxambu: ANPOCS, outubro 1996. 17 p. Capturado em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/nazareth96.rtf> em 19/01/2000.